
Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Pagamentos · Estratégico

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

Levantamento com 3.183 evidências mostra que a camada de pagamento é mais estável que o domínio — e simula migração de até R\$ 19,1 bi ao ilegal se cassino online for proibido

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 24/09/2026 às 07h03

· 5 min de leitura

Por que importa

A concentração do mercado ilegal está no gateway, não no domínio: quem contrata PSP sem checar a carteira de clientes pode dividir infraestrutura com operação sem autorização.

O estudo dá base ao setor autorizado para exigir de PSPs declaração de carteira e atendimento exclusivo a licenciados, com cláusula de rescisão.

Se a MP restringir cassino online, a vertical que responde por 73,9% do volume do mercado autorizado entra em revisão de orçamento sem prazo de preparação.

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

A ANJL publicou estudo técnico com monitoramento próprio da oferta de apostas sem autorização no Brasil que mede, pela primeira vez, a camada de pagamento do mercado ilegal: 24 gateways, 93 CNPJs recebedores e 23 instituições de pagamento identificados em 3.183 evidências documentadas — dado que muda a pergunta que times de pagamentos e compliance financeiro de operadores autorizados precisam fazer aos seus intermediadores.

O documento é a versão 1.2 do estudo, datada de Brasília, 18/09/2026, e circula enquanto o governo avalia editar medida provisória restringindo jogos online. O próprio texto trata a proibição do cassino online como simulação, não como norma. Até o fechamento desta edição não havia confirmação de MP publicada no Diário Oficial da União — a reunião de Lula sobre o tema terminou sem texto em 23/09.

O gateway dura mais que o domínio

O achado central é de persistência. Os 3.183 registros vêm de 21 relatórios produzidos entre maio e setembro de 2026. Nesse intervalo, 15 gateways e 45 CNPJs identificados em maio e junho seguiam recebendo em setembro, com medianas de 124 e 112 dias de atividade. Por esses intermediadores passam 94,8% e 82,6% das casas com registro de pagamento no monitoramento.

A concentração é o segundo ponto: um único gateway atende 843 sites, o maior CNPJ recebedor aparece em 274 casas e 11 gateways somam 50 ou mais sites cada. "A camada de pagamento é mais estável e mais concentrada", registra o estudo. O contraste com o domínio é direto — endereços bloqueados são substituídos em dias, enquanto o trilha financeiro permanece por meses.

IndicadorValor

Gateways identificados24

CNPJs recebedores93

Instituições de pagamento23

Maior gateway843 sites atendidos

Maior CNPJ recebedor274 sites

Gateways com 50+ sites11

Persistência (mediana)124 dias (gateways) e 112 dias (CNPJs)

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

Evidências documentadas3.183, em 21 relatórios

Camada de pagamento do mercado sem autorização (mai–set/2026)

Escala da oferta sem autorização

O estudo atribui à SPA/MF o número de 66.482 domínios sem autorização bloqueados entre janeiro de 2025 e setembro de 2026 — mais de 355 bloqueios por domínio autorizado, contra 82 empresas, 188 marcas e 187 domínios .bet.br na lista da SPA extraída em 18/09/2026. O iGBRASIL já registrou que esse balanço atribuído à SPA circula sem link para documento oficial publicado; a ressalva permanece.

A ANJL monitora 9.986 domínios. Entre 11 e 18 de setembro, 6.409 respondiam normalmente, 1.644 redirecionavam e 1.205 não respondiam. A reposição é contínua: 13,7 novos domínios por dia entre junho e agosto de 2026, segundo consulta WHOIS sobre base de 6.567 endereços, e 8,2/dia na média dos 12 meses até agosto. Em 1.682 de 4.477 endereços fora de operação (37,6%), a mesma marca aparecia ativa em outro endereço.

Nosso estudo mostrou que dos sites que ficam fora do âmbito nacional, 55,8% usam rede de distribuição que oculta a hospedagem de origem e 98,3% dos domínios estão fora da terminação 'br'.

Plínio Lemos Jorge, presidente da ANJL

O que a simulação de proibição diz

Sobre um GGR autorizado de R\$ 36,96 bilhões em 2025 (SPA/MF) e uma participação de 73,9% do cassino online no volume — métrica que o próprio estudo aplica com ressalva —, a ANJL simula três taxas de migração ao ilegal em caso de proibição da vertical. São premissas declaradas, não projeções validadas por terceiro, e partem de uma participação ilegal atual estimada em cerca de 41% das apostas.

Taxa de migraçãoVolume ao mercado ilegalParticipação ilegal

30%R\$ 8,2 bi/ano78%

50%R\$ 13,7 bi/ano80%

70%R\$ 19,1 bi/ano82%

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

Cenários simulados pela ANJL (premissas, não previsões)

No lado fiscal, o estudo parte de estimativa LCA/IBJR de R\$ 7,2 a 10,8 bilhões por ano já não recolhidos pela oferta sem autorização e calcula que a proibição do cassino online eliminaria de R\$ 3,6 a 7,4 bilhões adicionais, usando a contribuição de 13% sobre o GGR prevista na Lei 14.790/2023. O setor autorizado recolheu R\$ 9,95 bilhões em tributos em 2025, mais R\$ 2,5 bilhões em outorgas, e R\$ 8,75 bilhões de janeiro a julho de 2026.

Leitura obrigatória: a ANJL é parte

O estudo é da entidade que representa operadores autorizados, interessada direta no debate da MP. Gateways, CNPJs e instituições de pagamento estão anonimizados na versão pública, o que impede o operador de cruzar nomes a partir do documento. O que é aproveitável de imediato é o método: em julho de 2026, o Ministério da Fazenda notificou 37 fintechs ligadas a cerca de 160 casas e a mais de 40 mil sites, e a Portaria SPA 2.750 já obriga o bloqueio de pagamentos a bets ilegais.

O que fazer nesta semana

Mapear todos os PSPs e gateways da cadeia e pedir por escrito confirmação de que não processam para operadores sem autorização da SPA/MF, com cláusula de rescisão imediata.

Cruzar CNPJs recebedores e instituições de pagamento em uso na operação com as notificações feitas pela Fazenda às 37 fintechs em julho de 2026.

Manter auditável a evidência de bloqueio de beneficiários de Bolsa Família e BPC e de atendimento a pedidos de autoexclusão.

Calcular a exposição por vertical — participação do cassino online no seu GGR — e o impacto sobre contratos de patrocínio e mídia antes de eventual publicação da MP.

O comparativo de proteções é o argumento que o setor leva ao Planalto: 3 milhões de beneficiários de Bolsa Família e BPC bloqueados, mais de 1,2 milhão de pedidos de autoexclusão e 5 milhões de pessoas impedidas de acessar, conforme dados do mercado autorizado citados no estudo — patamar coerente com o registro de que a autoexclusão passou de 1 milhão de CPFs. Nenhuma dessas travas existe na camada que o estudo mapeou.

Não há prazo legal correndo hoje sobre a proibição. Medida provisória publicada, porém, tem vigência imediata — o que reduz a zero o tempo de preparação para quem ainda não fez a conta de exposição e não organizou a trilha do dinheiro na conta transacional.

Estudo da ANJL mapeia 24 gateways no mercado ilegal de apostas

Due diligence de PSP

Receba no e-mail as próximas apurações sobre gateways notificados e a MP de restrição ao cassino online antes de renovar contrato com seu intermediador de pagamentos. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

ANJL · Cassino online · Mercado ilegal · Pagamentos · PSPs · SPA/MF

Fonte original:

<https://igbrasil.com/noticias/pagamentos/estudo-da-anjl-mapeia-24-gateways-no-mercado-ilegal-de-apostas>

Documento gerado em 24/09/2026 às 10h24.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.